

A BATALHA POR UM ENTENDIMENTO SOBRE A NATUREZA DA GUERRA

Cleber Almeida de Oliveira ¹

Firmo convicção de que o maior desafio de buscar promover uma explicação didática sobre a natureza, e/ou a fenomenologia, da guerra é o mesmo que atinge outras temáticas tão dinâmicas e tão prolixas quanto esta, ou seja, é a de que ao se tentar simplificar por demais algo que por si só não comporta no seu dimensionamento parâmetros claros ou medidas seguras – conceituais ou teóricas – corre-se o risco presencial, e potencialmente fatal, de que uma compactação por demais simplista e inconcludente acarrete um reducionismo tão tosco e disléxico quanto impreciso e desfigurante. Em um outro viés, a tentativa de não fazê-lo é igualmente inconsequente, pois quando se aventa e se intenta a possibilidade de tornar mais acessível e inteligível algo que através dos tempos carrega no seu bojo a própria gênese daquilo que se convencionou chamar de marcha civilizatória da humanidade não há como titubear e/ou retroceder nessa missão.

Ao historiador, principalmente ao que se dedica ao nobre e portentoso ofício da pesquisa militar, esse tipo de postura covarde e diletante não cabe, e tampouco se incentiva ou se recomenda, visto que ao trabalhar sobre um dos grandes imponderáveis milenares da natureza humana ele já assume uma postura – simultânea – de estrategista e de combatente; certamente que vale o risco de se caminhar sob terreno minado, de empreender jornada na terra de ninguém. Concordo com aqueles que afirmam que os estudos históricos não devem ser encaminhados como que presos aos grilhões do passado, já que sabem, com uma invejável e resoluta sobriedade, que o futuro é uma construção do ontem que se transformou e possibilitou o hoje e que nos aponta e nos impulsiona para o amanhã, como muito bem expresso na afirmação de Dwight David “Ike” Eisenhower **"Nem o homem sábio nem o corajoso se deita nos trilhos da história para esperar que o comboio do futuro o atropеле"**.

Parece ser intrínseco a formação do senso comum a aceitação e a persistência da dissimulação e do erro, por mais grosseiro e absurdamente notório que seja, e nas masmorras do nivelamento por baixo do nosso processo cultural o entendimento da gênese e do dimensionamento dialético da guerra parece ser um

¹ PROFESSOR / DELEGADO FAHIMTB / PESQUISADOR CEPHIMEX / SÓCIO CORRESPONDENTE IGHMB / INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR (UNESCO)

dos seus “condenados” mais injustiçados e um dos “bodes expiatórios” mais recorrentes. O mais irônico desse tipo de aberração do conhecimento – na verdade pseudoconhecimento – é que ele possui uma serventia maléfica, levando em conta que pior que a falta de informação ou da sua compreensão é a sacralização da desinformação e a sua fácil disseminação entre os mais incautos e mais afeitos a manipulação intelectual, pois como afirmava Adolf Hitler, na sua lógica canhestra e dissimuladora, “Torne a mentira grande, simplifique-a, continue afirmando-a, e eventualmente todos acreditarão nela”, uma incômoda assertiva que encontra eco, e reverberação, tanto na certeza de que “Toda propaganda tem que ser popular e acomodar-se à compreensão do menos inteligente dentre aqueles que pretende atingir” como na inequívoca percepção de que “O homem que não tem sentido na História, é como um homem que não tem ouvidos nem olhos”.

Aqueles que não percebem, nos desdobramentos da guerra, seus “motores” e nem suas quase infinitas, e sempre atualizadas, “variáveis” são, por extensão, suas maiores vítimas, sendo, portanto, incapazes de, concomitantemente, sentir/absorver seus verdadeiros e profundos efeitos/impactos e de tampouco se qualificarem a se beneficiarem da formação de inteligência a seu respeito. O primeiro passo é buscar associações/analogias que nos permitam ir além do convencional, quase nem sempre correto, e da trivialidade linear, como, por exemplo, a ideia de que a belicosidade visa satisfazer aspectos de justiça ou de reparação de direitos ofendidos, o que nos remete a uma principiologia dual e instigante, como a contida no conceito de guerra justa – uma ideia surgida na Roma Antiga, com base em aspectos da filosofia cristã primitiva, revitalizada com surgimento dos Estados Nacionais Modernos –, conforme exposto por **Marie Françoise Furet** "A guerra não é mais o que era. O Direito não é sempre o que deveria ser. Um progride na força da destruição, enquanto outro persiste na fraqueza das proteções".

Para Castro (2004, p. 5), a guerra, segundo Hermes Huck, em sua obra “Da Guerra Justa à Guerra Econômica”, sempre tem sido analisada a partir de dois aspectos fundamentais, o da legitimidade e da ilegitimidade, ou seja, se é justa ou injusta, legítima ou ilegítima, e o da eficácia, de sua utilidade, ou ainda da adequação dos meios utilizados aos fins propostos. Não se tratando mais da noção da guerra pela guerra, do desejo insano de destruir ou de impor sofrimento (ibidem, p. 6), tal temática torna-se de fundamental importância para a atual conjuntura pós-

bipolaridade, pois é possível, dessa maneira, avaliar os efeitos e impactos de um ato internacional de beligerância para os Estados e também para a sociedade civil organizada transnacional, de sorte que o caráter dicotômico justiça-legitimidade e justiça-legalidade na esfera internacional, por meio da significativa contribuição de Max Weber para a compreensão das três fases do exercício do poder legítimo, permeia o conceito estrutural de feitura de guerras – regrada e delimitada.

Guerra subentende não a ausência da paz, configura, isso sim, sua precedência ou sua posterior imposição. A genialidade de estudiosos como Clausewitz, destacadamente em “Da Guerra” (Vom Kriege), demonstra que (LIDER, 1987, p. 345) uma das pré-condições para uma proveitosa troca de opiniões, que promoveria a causa da paz, é a percepção de que a realidade pode ser legitimamente compreendida de diferentes formas, mas com o adendo de que (ibidem) embora a solução do problema de acabar com a guerra – se isso for humanamente ou intrinsecamente possível – esteja remotamente relacionada à interpretação dos preceitos – dele – de que ela depende em parte das incertezas de um diálogo de surdos.

Dissociar a guerra da política é tão absurdo quanto tentar evidenciar e provar algo que ainda não aconteceu, pois mesmo tendo ao seu alcance um arsenal de meios não militares – diplomáticos, econômicos, ideológicos etc – para o encaminhamento de objetivos nacionais – imediatos ou não, limitados ou não –, a guerra (LIDER, 1987, p. 346), em forma ideal, deveria relacionar a todo o processo político, ao processo de consecução de objetivos políticos, como parte de um conjunto e como um meio de chegar aos fins; maquiavélico é verdade, mas eficaz, se bem direcionado, sem a menor sombra de dúvidas. Objetivos políticos extremos geram emprego de meios militares mais decisivos e mais violentos, pois (ibidem) historicamente, este argumento se mostrou válido, pelo menos em alguns aspectos, e em relação à maioria das guerras. O aumento estarrecedor, e sem precedentes, do poder destruidor/letal das armas, desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), levou os estrategistas militares e os líderes políticos a reconsiderarem muito sobre a proporcionalidade entre a magnitude da escala e da intensidade dos conflitos e os ganhos reais – políticos, econômico, estratégicos, territoriais etc – e as sequelas e traumas socioculturais com os quais devem lidar, de modo que (ibidem, p. 347) as consequências pelo menos para algumas espécies de guerra tornaram-se evidentes, cada vez com mais frequência as relações parte-todo e meios-fins têm falhado em

produzir os resultados desejados, o que comprova a diminuição da aplicabilidade da guerra e a crescente importância de meios não militares em disputas políticas.

Apesar das ideias de Clausewitz de terem sido compiladas nas três primeiras décadas do século XIX elas jamais perderam sua logicidade cartesiana e o seu frescor rejuvenescedor. É inegável, inquestionável e irrefutável a certeza de que (SILVA, 1998, p. 194) a guerra e a política, hoje mais do que nunca, se encontram intimamente ligadas, uma vez que a primeira condicionada à segunda como único meio de se ter a garantia de que ainda estaremos aqui no século XXI, bem como que (ibidem), certamente, no século vindouro continuarão existindo estudiosos dos pensamentos de Clausewitz para mostrar que a perenidade do pensamento humano não reside na sua capacidade de analisar os fatos de sua época mas sim na sua capacidade de interpretar corretamente esses fatos para deles extrair os valores essenciais que os tornam eternos.

Inexiste a “eternidade” de qualquer conceituação, não há referencial teórico infalível ou imune a adequações e revisitações – cíclicas ou pontuais –, que o digam pensadores fenomenais como, dentre outros, Flávio Vegetius, Sun Tzu e Nicolau Maquiavel; o que, por extensão, não apequena ou desqualifica os autores e/ou suas ideias. Quem estuda/pesquisa sobre a guerra não a louva ou a indica como o remédio para todos os males, tão somente se inteira, com uma necessária margem de segurança, de tão fluída e complexa temática, visando, em todas as instâncias, desenvolver uma abordagem sistematizada, e a mais isonômica possível, sobre um dos mais onipresentes desdobramentos do comportamento humano, e um dos poucos sobre o qual sempre se teve uma forma ou outra de o regular ou de o superdimensionar. Esse tipo de aprofundamento conceitual e da formulação de uma visão ampla de todas as suas derivações, implicações e efeitos, tanto na sua preparação e consumação como no seu ocaso e “impactos retardados”, é por demais significativo, e essencialmente crucial, para os governantes e seus planejadores militares, e para a sociedade em geral, para ser descartado ou negligenciado, orientando-os contra as armadilhas e tentações do uso desmedido da força avassaladora e mortal das armas, ou sobre os riscos iminentes do pérfido e criminoso abandono das medidas de segurança, pois como dizia Lorde John Acton, um historiador liberal inglês do século XIX, “O poder tende a corromper; o poder absoluto corrompe de maneira absoluta (absolutely). Os grandes homens quase sempre são homens maus”.

Somente a título de curiosidade sobre excentricidades literárias ligadas ao estudo das guerras, ou da possibilidade das mesmas, cita-se o livro “A Terceira Guerra Mundial” (1987), do General Sir John Hackett (inglês), e que contou com a participação de outros oficiais generais de outras armas e de conselheiros da OTAN – sendo que nenhum deles assinou suas contribuições (textos) –, o qual, apesar das aparências, não se trata de irresponsável exercício de futurologia ou de uma tentativa tresloucada de deflagrar o pânico popular numa das fases mais agudas, e menos “expostas” da Guerra Fria – crise final da União Soviética. Mais do que uma ficção que explorou cenários possíveis de conflagração entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia em teatros de operação europeus há muito já delineados, foi um alerta dado por especialistas sérios para governantes e correntes pacifistas da sociedade – não tão bem informadas – da vulnerabilidade das forças ocidentais naquele momento histórico.

Destacando que (HACKETT, 1987, p. 413) sabiam muito bem que a única previsão que se pode fazer com confiança, a respeito do curso e do resultado de uma outra guerra mundial, no caso de haver alguma, é que nada acontecerá exatamente como mostraram. Sem deixar de reafirmar com a devida veemência o fato de que também havia (ibidem) a possibilidade, no entanto, que aquilo poderia acontecer, ou seja, caso o ocidente não fizesse alguma coisa nos anos vindouros para melhorar suas defesas, uma guerra contra o Pacto de Varsóvia poderia terminar em imediato desastre para a OTAN.

Por serem diametralmente expostos, e excludentes entre si, dois fatores que jamais irão se coadunar: a ingenuidade letárgica da liderança, enquanto desserviço a um Estado, nação e sociedade; e a necessária preparação estratégica/militar para que a paz encontre no temor da possibilidade da belicosidade suas mais ferrenhas garantias.

Se o comandante-em-chefe atua com estadista e planeja e executa a sua governança norteando suas condutas, ações e ordens em defesa dos reais interesses nacionais – programa e postura geopolítica e geoestratégica, firmes e resolutos –, seus estrategistas militares serão capazes de seguir à risca tanto o ensinamento de Flávio Vegécio – Publius Flavius Vegetius Renatus, autor Latino do quarto ou quinto século – de que “Si vis pacem, para bellum” (se quer paz, prepare-se para a guerra), da obra “Epitoma rei militaris” (“Compêndio Militar”) – também conhecido como “De Re Militari” –, bem como a premissa de que “O preço da

liberdade é a eterna vigilância”, atribuída a Thomas Jefferson – disputada, porém, por Patrick Henry, que governou a Virgínia no século XVIII e ficou conhecido por sua oratória apaixonada contra a escravidão; assim como ao estadista irlandês John Philpot Curran; e ainda pelo filósofo e economista inglês, e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, John Stuart Mill. A interpretação imediata seria a da imposição da paz através da força, ou seja, uma sociedade forte é menos apta a ser atacada por inimigos – poder dissuasório –, o que é meia verdade, pois o que realmente se pressupõe, e se almeja, é que a ameaça real do uso da força iniba a deflagração e a extrapolação da guerra – por inimigos externos e/ou internos.

Duas outras considerações são fundamentais, partindo, sempre, da noção de que conceitos não são verdades eternas e inequívocas, mas referências necessárias e indispensáveis para aprimorar e direcionar o debate e o pensamento.

Na primeira delas (LIDER, 1987, p. 126), somos remetidos a pensar no fato que nenhum estudioso negaria que a luta entre grupos de homens tem sido sempre parte da História, mas o problema é se essa luta pode ser propriamente chamada de guerra. Na segunda (ibidem, p. 339), há que se considerar que os conceitos sobre a natureza da guerra têm um sentido duplo, eles não são apenas, como nas formulações científicas, parte da ideologia, mas são, também, uma orientação para as ações, incluídas na doutrina política e militar.

Disputas entre indivíduos, coletividades e países podem ir desde uma rusga ou de uma polêmica que evoluem para uma crise até um atrito ou um conflito, etapas que necessariamente não caracterizam ou não ensejam o fatalismo de configurar uma guerra.

O mais perto que se chega do enfrentamento bélico e militar é o conflito, de motivação institucional, o qual pode ser definido como (BERGO, 2013, p. 44) o enfrentamento intencional, com ampla faixa de abrangência, de dois ou mais oponentes, indivíduos ou estados, predispostos a usar variado grau de violência, e que resulta da falta de entendimento. Já sobre a relevância do maior entendimento – estudo, pesquisa – das raízes e das permanências da guerra, é capital inferir aprendizagem sobre determinadas singularidades (ibidem, p. 118): um estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que ostente maior poder econômico; o conceito de soberania inclui a capacidade de defesa dos seus interesses e, também e, a responsabilidade pelos seus atos – ou pela ausência deles.

O pior cego não é aquele que não quer ou que se recusa a ver, é o que vê e se esconde numa oportuna – falsa e desdenhosa – cegueira complacente e condescendente – apenas para si. O rótulo de “potência da paz” é propagandístico e sonoro, mas, efetivamente, placebo e inconsequente, pois é patente que (BERGO, 2013, pp. 118-119) um país que não seja capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros, realmente soberanos e mais fortes, e se for incapaz de usar racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar da sua gente, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

Dizem que o remédio mais amargo tende a ser o melhor, mas que se puder ser evitado maiores serão os ganhos, e no caso dos países/Estados Nacionais (BERGO, 2008, p. 166), para defender sua soberania e interesses, o Estado precisa empenhar poder, asseverando que, de acordo com vários mestres da política, o poder do Estado se compõem essencialmente de economia, força e diplomacia, ou seja, a experiência revela que, sem força, o poder do Estado é débil; há, sim, que ser forte, pois (ibidem, p. 169) a nação que não traçar seus próprios rumos os terá ditados por outra.

Nos estertores desta breve elucubração, deste singelo exercício de reflexão didática, cabe reforçar o princípio de que o saber não é privilégio de poucos, nem tampouco uma dádiva ofertada por outros, é, isto sim, uma construção que premia o esforço e a dedicação com um algo mais para o qual ainda não foram inventadas palavras para defini-lo ou dimensioná-lo, e de que por estar ao alcance de todos aqueles que pretendem conquistá-lo pode ser até mesmo difícil, porém jamais impossível.

E como deve ser constantemente “alimentado” pelas contribuições de tantos outros, recorro a dois desses “incentivadores” para finalizar minha constrita intervenção, pois como dizia o grande escritor português Eça de Queiroz “Para ensinar há uma formalidade a cumprir – saber”, enquanto que, na sua genialidade impositiva e perspicaz, o ex-Ministro Antônio Delfim Netto nos ensina, e alerta, que “O maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, é a pretensão de conhecimento” – completo adicionando, à soberba citação, a sinistra inclusão da “presunção de/do conhecimento”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Explicando a guerra. Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras.** Rio de Janeiro: CEPHIMEX, 2013.

_____. **O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional: uma proposta de projeto para o Brasil.** São Paulo: MP Editora, 2ª ed., 2008.

CASTRO, Thales Cavalacanti. **A arqueologia da moral internacional e o seu conceito de guerra justa.** Teresina: Jus Navigandi, ano 9, nº. 431, 11 de setembro de 2004.

HACKETT, (General Sir) John. **A Terceira Guerra Mundial.** São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

LIDER, Julian. **Da natureza da guerra.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, Tradução de Delcy G. Doubrawa, 1987.

SILVA, Júlio Sérgio Dolce da. **Os conceitos de Clausewitz aplicados aos estudos estratégicos do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, ano XIII, nº. 36, 1998, pp. 185-194.